



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº44/2023

Período: 25/11/2023 - 01/12/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Ministério Público Federal abriu investigação contra Usiminas por suposta colaboração em massacre durante ditadura militar
- 2- Dados do Exército alertam para o aumento de roubos, furtos e extravios de armamentos sob posse de CACs
- 3- Demora na aprovação da proposta que restringe participação dos militares na política gera insatisfação em ministro do STF
- 4- Marinha e setores do agronegócio, indústria e transportes criticaram legislação a favor dos práticos
- 5- Não indiciamento do general Gonçalves Dias na CPI dos Atos Antidemocráticos causa tensão
- 6- Inelegibilidade de general Braga Netto levou bolsonaristas a apoiarem a pré-candidatura de Alexandre Ramagem à prefeitura do Rio de Janeiro
- 7- Em consulta pública no Paraná, mais da metade das escolas estaduais manifestaram desejo em implementar o modelo cívico-militar
- 8- Prefeitura de Maceió se reuniu com Exército e Marinha para lidar com iminente desabamento de mina da Braskem

1- Ministério Público Federal abriu investigação contra Usiminas por suposta colaboração em massacre durante ditadura militar

Segundo reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, o Ministério Público Federal (MPF) abriu um inquérito para investigar o envolvimento e a colaboração da empresa Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A (Usiminas) com a repressão durante o período ditatorial-militar (1964-1985). A investigação é produto de identificações de violação contra operários da fábrica, pela Comissão da Verdade de Minas Gerais. O objetivo da Procuradoria é saber se a empresa colaborou com o massacre de trabalhadores por militares em uma ocasião de protesto na porta da Usiminas. A ação em questão resultou em oito mortos e noventa e dois feridos, tornando-se, segundo a Comissão da Verdade, "o conflito operário mais sangrento e com maior número de vítimas no Brasil". Em nota, a empresa relatou desconhecimento quanto à denúncia do MPF, alegando também que o massacre ocorreu em ambientação política diversa e que não houve envolvimento algum por parte da Usiminas, uma vez que o episódio se deu "fora das dependências da empresa, com forças de segurança pública". (*O Estado de S. Paulo - Política - 25/11/23*)

2- Dados do Exército alertam para o aumento de roubos, furtos e extravios de armamentos sob posse de CACs

Em editorial, o jornal *Folha de S. Paulo* expôs dados do sistema do Exército que apontam que, de janeiro a outubro de 2023, "1.259 armas de CACs (colecionadores, atiradores desportivos e caçadores) foram roubadas, furtadas ou extraviadas, o que representa média mensal de 125,9", contabilizando um recorde desde 2010. O editorial aponta para as mudanças promovidas entre 2019 e 2022 pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) na política armamentista, que beneficiou os CACs, totalizando 42,5% de armas portadas por civis nas mãos de colecionadores, atiradores desportivos e caçadores. De acordo com o jornal, a facilitação ao acesso legal, a falta de fiscalização e a maior disponibilidade dos produtos contribuíram para o fortalecimento de criminosos e infratores. O editorial citou a investigação da Polícia Civil de São Paulo sobre "suposto esquema orquestrado por facções criminosas para comprar armas com o uso de CACs como laranja", alertando ainda para o caso de liberação de venda de fuzil, pelo Exército, a um integrante do Primeiro Comando da Capital (PCC), em Minas Gerais. Ainda sobre a questão armamentista no país, Guilherme Seto, em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) posou em foto com deputados apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), realizando o famoso gesto de "arminha", popularizado por Bolsonaro durante sua campanha e mandato. O governador pediu para que publicassem a imagem em suas redes. (Folha de S. Paulo - Opinião - 25/11/23)

3- Demora na aprovação da proposta que restringe participação dos militares na política gera insatisfação em ministro do STF

Em reportagem, o periódico *O Estado de S. Paulo* noticiou que a proposta que visa restringir a presença de militares da ativa na política está sendo conduzida de forma lenta, diferentemente da proposta de emenda constitucional (PEC) que limita os poderes dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo o jornal, a PEC relativa ao STF foi aprovada em outubro de 2023 por uma rápida votação, enquanto a proposta sobre os militares apresentada após o 8 de janeiro de 2023, por Jaques Wagner (PT), continua sem ser aprovada. A respeito disso, no plenário do STF, o ministro Gilmar Mendes discursou ironicamente, mostrando insatisfação com a diferença de tratamento dos dois temas pelo Senado. Em contrapartida, o senador Jorge Kajuru (PSB-GO), relator da PEC que restringe a atuação dos militares, pontuou que é necessário haver paz entre os poderes, mais patriotismo e "menos interessantismo". De acordo com o *Estadão*, o senador ainda afirmou que no texto final do relatório retirou-se o item que impossibilitaria oficiais de exercer cargos em ministérios e secretarias executivas. Contudo, ainda se manteve a proposta de aposentar os militares que queiram disputar eleições. (O Estado de S. Paulo - Política - 27/11/23)

4- Marinha e setores do agronegócio, indústria e transportes criticaram legislação a favor dos práticos

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o repórter Julio Wiziack noticiou que a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que permite que os práticos, pilotos que realizam atividades com navios nos portos brasileiros, continuem atuando e obtendo ganhos exorbitantes, sem regulamentação econômica. Tal

aprovação gerou insatisfação nos setores do agronegócio, indústria e transportes e contraria a recomendação Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, do Tribunal de Contas da União e da Marinha. Segundo a reportagem, estas instituições alegam que há um "esquema de rodízio" entre esses pilotos, que impossibilita que exista concorrência. Além disso, ele afirmou que o texto que chegou ao Senado determina que a fixação de preço poderá ser feita pela Marinha, quando houver algum impasse ou um caráter excepcional e por tempo limitado. Contudo, a Marinha afirmou não ter domínio nesta questão e que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), reguladora do setor, é a responsável. O repórter também informou que a Marinha comunicou que esse projeto é um "risco à segurança da navegação" e que mesmo sendo a favor do sistema de rodízio, a maneira como ele foi estruturado possibilita o monopólio do mercado. Em contrapartida, a associação que representa esses pilotos pontuou que as críticas ao projeto visam retirar o foco sobre a regulação abusiva, que o sistema de rodízio foi determinado pela Marinha e que, em alguns casos, ela pode realizar a fixação do preço. (Folha de S. Paulo - Mercado - 27/11/23)

5- Não indiciamento do general Gonçalves Dias na CPI dos Atos Antidemocráticos causa tensão

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, depois de nove meses de trabalho, os deputados da Câmara Legislativa do Distrito Federal puseram fim à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Antidemocráticos, indiciando um total de 135 pessoas. O momento da leitura do resumo do relatório final foi marcado por uma tensão, já que o documento livrou o general Marco Edson Gonçalves Dias, fazendo com que a sessão fosse interrompida por 15 minutos. Ademais, mesmo que o nome do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, tenha sido citado 40 vezes no relatório, João Hermeto de Oliveira Neto (MDB), deputado distrital, não propôs o indiciamento do mesmo, uma vez que alegou que faltavam provas sólidas para que o ex-presidente fosse incriminado. No entanto, o referido deputado não desconsidera o fato de que Bolsonaro construiu, ao longo dos anos, uma narrativa de descrédito nas eleições e de desinformações. Entre os 135 indiciados se encontram empresários, o major da reserva da Polícia Militar do Distrito Federal, Cláudio Mendes dos Santos, acusado de ensinar táticas de guerrilhas em frente ao quartel-general do Exército, entre outros. (Correio Braziliense - Cidades - 30/11/23)

6- Inelegibilidade de general Braga Netto levou bolsonaristas a apoiarem a pré-candidatura de Alexandre Ramagem à prefeitura do Rio de Janeiro

Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo*, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), vem articulando a pré-campanha do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), que foi escolhido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro para disputar a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. A estratégia do partido é que haja um único candidato bolsonarista para que seja possível reunir os votos da direita, bem como atrair alguns eleitores de Eduardo Paes. Segundo a matéria, mesmo que haja essa aproximação entre o governador e o clã Bolsonaro, essa relação sofreu algumas instabilidades, especialmente por causa dos sucessivos encontros entre o ministro da Justiça, Flávio Dino (PSB) e Castro, em prol da resolução dos problemas relacionados à segurança pública do Estado. Antes de Ramagem, as apostas estavam na

candidatura do ex-ministro general Walter Braga Netto, que foi considerado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). (Folha de S. Paulo - Política - 30/11/23)

7- Em consulta pública no Paraná, mais da metade das escolas estaduais manifestaram desejo de implementar o modelo cívico-militar

Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, o repórter Guilherme Seto informou que uma consulta pública promovida pelo governador do estado do Paraná, Ratinho Junior (PSD), constatou que cerca de 65% das escolas do estado manifestaram interesse em adotar o modelo cívico-militar. Das 126 escolas estaduais consultadas, 82 preferiram a mudança de formato, enquanto 44 preferiram continuar no modelo tradicional. A consulta foi realizada entre 28 e 29 de novembro de 2023, envolvendo professores, funcionários, pais de alunos e estudantes maiores de 16 anos das instituições. A administração estadual adotará o novo modelo nas 82 instituições, a partir de 2024. Ainda segundo a coluna, em julho de 2023, o Ministério da Educação sob o governo de Luiz Inácio da Lula da Silva (PT), decidiu descontinuar o programa federal de escolas cívico-militares, mas o governador do Paraná anunciou que manteria o projeto estadual, inspirado no que foi lançado em 2020 por Jair Bolsonaro (PL). (Folha de S. Paulo - Política - 01/12/23)

8- Prefeitura de Maceió se reuniu com Exército e Marinha para lidar com iminente desabamento de mina da Braskem

Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, o jornalista Fábio Zanini afirmou que o prefeito de Maceió, capital do estado de Alagoas, João Henrique Caldas (PL), o JHC, acionou o Ministério Público Federal (MPF), a Marinha e o Exército para formarem um gabinete de crise por conta da possibilidade de colapso de uma mina de sal-gema da empresa Braskem na cidade. Em meio a esse cenário, a prefeitura decretou emergência e orientou a população a sair do local. Segundo Zanini, o objetivo do gabinete é adotar medidas para diminuir eventuais danos ambientais e proteger as pessoas em caso de confirmação do desabamento. Segundo a Defesa Civil, o monitoramento da região foi reforçado em razão do registro de cinco abalos sísmicos neste mês. Importante salientar que uma das áreas afetadas pelos tremores nos últimos dias é bem próxima de um quartel do Exército em Maceió. Esse caso está profundamente ligado com o afundamento do solo em cinco bairros da capital de Alagoas, ocorrido no começo de março de 2018, e que até hoje não foi solucionado. Segundo o Serviço Geológico do Brasil, órgão do governo federal, as atividades de mineração da empresa em uma área de falha geológica foram as causadoras do problema. (Folha de S. Paulo - Política - 01/12/23)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online.

No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)
Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)
Marina Gisela Vitelli (URFFJ)
Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli
Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Isabelle Costa
Marcela Furlan de Cena
Mariana Terezinha Passos
Rodrigo Freitas de Souza
Thalia Cristina Vieira Lima

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos
Geremias Dias dos Santos de Carvalho
Letícia Ramos da Rocha
Maria Luiza Garcia Rabelo
Mariana Amaro Gonçalves Silva
Vinícius de Albuquerque Damasceno
Vinícius Menezes Aguiar